

ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à duplicação da BR-101 no Morro dos Cavalos.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Critica a situação dos hospitais do estado.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta-se a respeito do magistério público estadual catarinense.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra que Dilma Rousseff fez grandes declarações no Dia Internacional da Mulher.

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Homenageia as mulheres; reporta-se às áreas indígenas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pede mais atenção do governo para com Joinville.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se à demarcação de terras indígenas.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Manifesta-se a respeito da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense; defende o aumento do teto financeiro repassado a Santa Catarina pelo SUS.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Registra o movimento de Maciambu com relação à portaria do ministério da Justiça.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Diz da necessidade de mais atenção à infraestrutura dos municípios.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Registra a importância das Clínicas Integradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência gostaria de registrar o retorno, depois de reabilitados, tendo em vista uma cirurgia médica, dos srs. deputados Narcizo Parisotto e Altair Guidi.

Sejam bem-vindos a esta Casa novamente.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, em primeiro lugar, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do meu amigo, secretário de Cultura, Lazer e Turismo de São Miguel d'Oeste, Elias Araújo; e do secretário dos Esportes, Everaldo Di Berti.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Agora, sim, com a palavra, o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar os demais colegas deputados, aqueles que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e aqueles que estão aqui presente nesta tarde de terça-feira, especialmente os moradores da região do Morro dos Cavalos que estão aqui em protesto na tarde de hoje, tema o qual pretendemos falar em seguida.

O assunto deste primeiro pronunciamento da semana é a cidade de Palhoça, e também porque estão aqui hoje e mais pela notícia nos meios de comunicação do último final de semana.

Creio que todo mundo acompanhou pela imprensa ou pelas chamadas redes sociais, a *Internet*, o episódio da festa que a prefeitura municipal de Palhoça, comandada pelo vereador Pitanta, empossado prefeito até que a Justiça decida o futuro da administração municipal - ele foi eleito no começo do ano presidente da Câmara Municipal -, fez para comemorar o Dia Internacional da Mulher e para homenagear as mulheres.

Na quinta-feira da semana passada ele fez uma festa que custou aos cofres públicos R\$ 7.500,00. Tudo corria bem, ao que consta, até o momento em que um jovem do sexo masculino apareceu na festa vestindo apenas uma sunga e passou a dançar entre as convidadas da festa, a maioria delas funcionárias públicas do município, em gestos sensuais, para usar uma palavra possível nesta tribuna, e exibindo uma revista dirigida ao público feminino, cujo interior da revista - e esse rapaz estava na capa da revista - havia fotos

de ser humano do sexo masculino nu. E aí é evidente que isso causou uma comoção já na festa e parte das convidadas, das homenageadas, foram embora.

Agora todo mundo se livra. O prefeito diz que não tem nada com isso e esse artista, pois é assim que quer ser chamado - ele não quer ser chamado de *gogo boy* - e eu nem sabia que existia essa expressão e para o que ela servia, até que recebi uma mensagem de uma moradora de Palhoça já na última sexta-feira -, diz que não recebeu nada, que não foi contratado e que apareceu lá para promover a revista.

A festa foi organizada e patrocinada pela prefeitura de Palhoça. E possivelmente o prefeito Nirdo Artur Luz, conhecido como Pitanta, conhece o ditado de que quem paga a festa escolhe a banda. Nesse caso, não foi exatamente a banda que escolheu, escolheu o modelo que ia se apresentar.

Não se trata de pretensão moralista, deputado Kennedy Nunes, mas não dá para aceitar o argumento do prefeito em exercício de que é picuinha política, porque só algumas não gostaram, ou parte das mulheres gostou, e agora querem me prejudicar politicamente.

Ainda bem que parte das mulheres de Palhoça não gostou do nível da festa. E repito que não se trata de nenhuma forma de moralismo e sim de compreender que o ser humano não deveria ser usado como objeto de desejo de qualquer outra pessoa, seja do sexo masculino ou do sexo feminino. Ou não causaria espanto uma festa para os funcionários homens da prefeitura de Palhoça, onde aparecesse uma ou algumas mulheres seminuas dançando sobre as mesas.

Então, é preciso que refletissem sobre isso e se essa é a homenagem que as mulheres de Palhoça recebem, merecem, se esse é o nível que o poder público municipal, o nível, vamos dizer assim, humanitário, civilizatório, que o poder público de Palhoça tem para homenagear as mulheres de Palhoça. E aí fico me perguntando: se essa é uma homenagem, o que farão no dia em que quiserem sacanear as mulheres de Palhoça?

Então, é preciso fazer esse registro, porque me espantou. Inclusive, pessoas conhecidas que moram na Palhoça... A minha filha mora na Palhoça e contatou-me logo em seguida, apavorada com a situação.

Estou fazendo o registro de que é preciso que não se cometam alguns absurdos na administração pública. E esse é um deles.

A preferência individual e privada de cada pessoa, o que ela quer fazer entre quatro paredes e com quem quiser, interessa a cada uma dessas pessoas, do meu ponto de vista. O meu ponto de vista é que entre quatro paredes cada um resolve como vai administrar a sua vida, os seus desejos, as suas manias, ou até as suas taras, desde que não cometa crimes ou não prejudique outras pessoas. Agora, uma festa pública, com dinheiro público, com esse tipo de coisa, é uma barbaridade! E eu não poderia passar a primeira sessão depois desse episódio sem fazer esse registro.

Quero, enfim, continuando, discutindo problemas do município de Palhoça, do qual sou cidadão honorário, o que muito me honra, concedido pela Câmara Municipal, dizer que a questão que traz essas pessoas da cidade de Palhoça e região do Morro dos Cavalos, Maciambu, Araçatuba, é a duplicação da BR-101 que continua atrasada. E pelas medidas que estão sendo tomadas parece que vão continuar atrasando, assim como a Ponte da Cabeçuda, na cidade de Laguna.

Vou investigar melhor isso para falar com mais propriedade, pois parece que na república das empreiteiras os poderes públicos estão subordinados à vontade de alguns de fazer uma obra cada vez maior e mais espetacular para ganhar mais dinheiro - talvez para crescer outros rendimentos que por questão de prudência é melhor não falar agora.

Não tenho absolutamente nada e não falaria nada, jamais, nesta tribuna ou em nenhum outro lugar contra os indígenas do Morro dos Cavalos ou de qualquer parte do mundo. Li tudo que me chegou às mãos a respeito desse problema de 60 famílias,

70 famílias que serão prejudicadas. Inclusive, parte delas terá segundo aqui informa que sair de suas terras, de suas localidades, em virtude de uma nova ocupação indígena no Morro dos Cavalos. Ocupação esta que já não existia mais, porque pelo que me consta os índios que estavam lá há algumas décadas tinham sido transferidos, inclusive por consenso, se não estou enganado. Mas novos indígenas chegaram. Mas não vou nem discutir se vieram do Paraguai ou se nunca estiveram ali, se seus antecedentes estiveram, porque com certeza índio não criou nenhuma fronteira. Isso foi criado pelos brancos.

O fato de ter organizações não governamentais, entidades privadas, talvez, e precisamos estudar, analisar e investigar melhor, financiadas por empreiteiras que não querem simplesmente duplicar a BR-101 no Morro dos Cavalos mas, sim, construir dois túneis, e também, repito, vou estudar melhor essa situação, mais a fundo, fazendo com que crie uma comoção social e o prejuízo histórico para dezenas de famílias da região...

O que seria melhor ainda é que a Funai tivesse que fazer o contrário, ou seja, analisar se famílias indígenas não estão sendo usadas para interesses escusos por parte de sanguessugas de dinheiro público, que se aproveitam inclusive da fragilidade das pessoas pobres para arrumar a forma de valorizar mais o seu negócio.

Parabenizo as organizações populares legítimas da região do Morro dos Cavalos, dizendo que não falaria jamais contra os indígenas, mas que é preciso essa unidade da comunidade inclusive com os indígenas para discutir uma solução e dar para o governo federal, porque já que as autoridades (talvez cada uma com interesse mais difuso, disperso e talvez até nem muito legítimo) não conseguem se entender sobre o que precisa ser feito na região do Morro dos Cavalos, talvez se as comunidades junto com os indígenas se reunirem consigam chegar a uma solução mais rápida e apresentar para o governo.

Muito obrigado!

(Sem REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero saudar todos que nos assistem pela TVAL, todos que estão visitando a nossa Casa, especialmente todos aqui que são do movimento contra a demarcação de terras indígenas no Morro dos Cavalos, que desde a semana passada já estiveram em contato com os deputados querendo nada mais do que justiça. Então, tem todo o nosso apoio.

O meu pronunciamento hoje é sobre a saúde. Também quero agradecer aos meus colegas que me reconduziram à Presidência da comissão de Saúde desta Casa. Existe uma série de temas importantes para o nosso estado que vamos abordar. Nos dois anos que se passaram corremos todo o estado e fizemos um diagnóstico da situação da saúde em Santa Catarina E agora precisamos nos debruçar sobre os pontos principais para resolver a situação da saúde.

O governo do estado de Santa Catarina precisa definir a sua política de resolução, de solução para os graves problemas que afetam a saúde do povo catarinense. A situação dos nossos hospitais, deputada Ana Paula Lima, e estamos com muitos problemas em aberto, pouca coisa foi resolvida nesses dois anos.

O governo do estado precisa dizer a que veio para a saúde, que foi assumida pelo governador em campanha como prioridade, aliás, uma prioridade que o governador declarou sendo um, dois e três. Mas até agora pouca coisa foi feita de verdade.

Amanhã, devo acompanhar a Frente Parlamentar Catarinense em uma audiência em Brasília, provavelmente, pois a nossa bancada foi convidada para uma importante reunião no ministério da Saúde, para tratarmos da defasagem do teto da união para Santa Catarina, o per capita que é pago entre Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, para corrigir uma das maiores injustiças do governo federal com o estado, no SUS.

Enquanto isso, vamos abraçando cada um desses pontos. E quero me referir a um problema, em parte poderia ser específico da cidade de Itajaí, da região da Amfri, que congrega 11 municípios, mas que na verdade é um problema do estado de Santa Catarina, porque o hospital infantil que eu quero falar, o Hospital Universitário Pequeno Anjo, de Itajaí, é um hospital pediátrico regional que além de atender à região - uma região de muitos balneários, uma região turística -, para ali demandam turistas e catarinenses de todas as regiões do estado e do Brasil.

Poderemos dizer que um hospital infantil como o nosso de Itajaí é um hospital que vai muito além da representação da região, muito além de representação apenas de Itajaí.

Por isso, há dez anos ele foi assumido pela Universidade do Vale do Itajaí, Univali. Era de um grupo privado, que atendia pelo SUS, em crises sucessivas.

Depois de passar por um período intermediário de uma gestão com a prefeitura municipal, ele foi assumido pela Univali. Nesses dez anos acumulou 37 milhões de dívidas, absorvidas pela universidade. São 600 mil, 700 mil por mês de déficit. Mas, além de uma assistência regional, é um hospital universitário. Ele forma recursos humanos na saúde, forma, inclusive, médicos pediatras, porque tem residência médica em Pediatria, uma das especialidades que está mais em falta no Brasil, em Santa Catarina.

Andamos por todo o estado, e não há mais pediatras, ninguém mais quer fazer Pediatria. Eu sou médico pediatra e sei, nos contatos todos pelo estado, como há falta de médicos pediatras pelo estado. E esse hospital infantil de Itajaí, como hospital universitário, inclusive oferece residência médica em Pediatria. Portanto, é uma raridade!

O governo do estado tem que abraçar um hospital como esse. E a conta desse hospital não pode ficar só com a universidade que não dá conta. As contas da manutenção de um hospital como esse

são muito altas. É um hospital regional com a característica, inclusive, de formar pediatras.

O governo do estado precisa definir uma política estadual para amparar os hospitais do estado, que estão indo à falência, que estão em dificuldades, que têm problemas, como o Hospital Infantil Pequeno Anjo, de Itajaí.

Além do mais, entendo também que esse hospital tem que ser amparado pelos municípios da região, porque se os municípios todos da região se referenciam nesse hospital para atender às crianças das suas cidades, os municípios também têm que se cotizar, num critério justo per capita, para ajudar o hospital.

Sei que os municípios estão em dificuldades, já aplicam tudo que podem na saúde, mas aqui é uma situação emergencial, cujo clamor os municípios também tem que ouvir.

Por isso, mandei carta para todos os prefeitos da Amfri, para todos os secretários municipais de Saúde da Amfri, mandei carta ao governador do estado, para que possam assumir e compartilhar essa responsabilidade. Mandeí carta também ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Mandeí também ao ministro da Educação, por quê? Ora, se é um hospital escola, se é um hospital universitário, forma recursos humanos, forma pediatras, então, por que o ministério da Educação também não vai ter uma cota de responsabilidade? Por que o ministério da Saúde também não vai ter uma cota de responsabilidade?

Então, estamos fazendo essa interlocução! Precisamos que haja esse tipo de solução compartilhada entre a Universidade do Vale de Itajaí que detém esse patrimônio hoje e está dentro do seu conjunto de instituição como o Hospital Universitário.

Precisamos que o município de Itajaí, como município sede desse hospital, dê uma atenção mais especial. Hoje o município de Itajaí passa R\$ 82 mil por mês, mas acho que pode melhorar essa colaboração para o hospital infantil que é tão importante para a cidade de Itajaí, para as nossas crianças, para os prefeitos da Amfri, da mesma

forma para o governador, também para os ministérios da Educação e da Saúde.

Por isso, é uma solução que exige um somatório de esforços, que exige uma solução compartilhada de esforços, e se assim houver vontade política, é possível resolver, senão o hospital vai diminuindo cada vez mais seu atendimento como está acontecendo, ou seja, ao invés de melhorar, porque já estava prestes inclusive a implantar o atendimento de alta complexidade em Pediatria, para ampliar alta complexidade em Neurocirurgia, em cirurgia cardíaca, em cirurgia de Oncologia, em Ortopedia, reflui para o atendimento mais elementar, de portas fechadas.

Então, não é possível que isso continue assim na minha região de Itajaí, pois já temos problema em Balneário Camboriú, onde o Hospital Santa Inês está há mais de um ano fechado. É um absurdo! Só na área pediátrica há 20 leitos de UTI Pediátrica, de UTI Neonatal faltam leitos em todo o estado. Está lá um hospital fechado! É inconcebível admitir que o governo do estado não compartilhe uma solução para uma situação como essa.

Também em Balneário Camboriú está o Hospital Municipal Ruth Cardoso com os dias contados. O prefeito municipal já esteve na secretaria municipal e deu um prazo de 90 dias para entregar definitivamente o hospital, porque o município não tem mais como assumir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Concedo-lhe mais 30 segundos, para concluir, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Por isso volto a conclamar: o governo do estado precisa ter uma política estadual clara não só de investimento, mas também de custeio dos nossos hospitais por todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Esta Presidência registra a presença do ex-deputado e prefeito eleito de Balneário Rincão, Décio Góes.

Desejamos-lhe boas-vindas, Décio Góes. Esta Casa com certeza estará sempre à sua disposição como também do povo de Balneário Rincão.

O deputado Kennedy Nunes relembra aqui que Décio Góes foi reeleito juntamente com seu parceiro de chapa, o vice-prefeito Olírio José Lino.

Sejam bem-vindos!

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os deputados, as deputadas e todos os que acompanham esta sessão.

Quero dizer que vamos nos manifestar com relação à luta justa de todos vocês no sentido de apoiar essa reivindicação, e também contribuir para que tenhamos uma solução adequada a todos.

Também quero cumprimentar o prefeito Décio e o Lino e dizer que no dia 21 de março esperamos que os dois sejam finalmente empossados e possam começar a governar Balneário Rincão como o povo escolheu.

Mas quero manifestar-me neste dia sobre um projeto de suma importância que já é objeto de discussão desde 2011, referente à categoria do magistério público estadual catarinense.

(Passa a ler.)

"O Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013 hoje pela manhã votado na CCJ não atende as expectativas os direitos da categoria do magistério. Após a greve de 60 dias em 2011, foi criado um grupo de estudos com a responsabilidade de no máximo 120 dias, prorrogável por mais 60, para discutir a descompactação da tabela da carreira do magistério a partir de janeiro de 2012.

Porém mesmo com a conclusão dos estudos por parte desse grupo nada foi encaminhado. Em 2012, após a greve, foi criada uma comissão para discutir o mesmo assunto e por vários motivos também não se chegou a nenhuma conclusão.

O governo também se comprometeu em reajustar o valor do Piso Nacional do Magistério na carreira de acordo com o disposto na Lei 11.738/2008. Após

um ano e meio de espera, o governo apresenta uma proposta que não atende as reivindicações da categoria e nem preserva seus direitos, pois o achatamento da tabela continua sem aplicar os reajustes do Piso na carreira. Os índices apresentados são insuficientes para contemplar os reajustes garantidos pela lei do piso. Ou seja, desde os professores que entram com magistério e terminam a carreira após 30 anos de dedicação com mestrado, doutorado e especialização. Há um piso que passou de R\$ 1.451,00 para R\$ 1.567,00.

Portanto o governo deve ao magistério catarinense 14% de aumento a 2012, referente à negociação do não passado. O reajuste de 2013 deve ser retroativo ao mês de janeiro deste ano. A valorização da carreira do magistério e a descompactação da tabela ainda não estão incluídas nesse projeto de lei que está tramitando nesta Casa."

O que defendo como professora e deputada estadual? Que o governo do estado apresente os critérios a serem utilizados para a progressão funcional na nova tabela. Para que todos possam entender, progressão funcional é quando o professor entra via concurso público e fica se dedicando, faz cursos ao longo do tempo até a aposentadoria vai progredindo na carreira.

Por isso, precisamos discutir qual é o percentual entre magistério, licenciatura plena, especialização, mestrado e doutorado. Porque as diretrizes do ministério da Educação preconizam que entre o nível de magistério e licenciatura dos professores deve haver uma diferença de 50%, e nesse projeto não passa de 15%.

Temos outro problema a enfrentar: o problema dos ACTs. No ano passado o governo do estado fez um concurso público aos professores, criou uma expectativa toda de oferta de novas vagas. Foram 12 mil professores ACTs admitidos em caráter temporário, que ao final do ano viram boias-frias, não sabem em qual escola vão trabalhar no ano seguinte. Pois bem, dessas 12 mil vagas, apenas 1.661 professores foram efetivados.

É uma vergonha! Mais de dez mil professores continuam sendo tratados como boias-frias na educação em Santa Catarina.

Por isso, precisamos ampliar o número de vagas do concurso e fazer já, de imediato, a segunda chamada. Também temos que aplicar um terço da hora-atividade para todos os educadores, criar uma política de formação continuada aos professores, não dá para admitir que um professor fique um, dois, cinco anos, e o estado que é responsável pela gestão da educação não tenha uma política de formação continuada ao longo desses anos e dentro da carga horária do professor.

O que a secretaria da Educação está fazendo para diminuir os investimentos em educação? Está superlotando as turmas de alunos para que com isso se contratem menos professores. Então, temos um aumento no número de alunos por turma.

Outro problema enfrentado. Os alunos estão indo para outras escolas para atender a essa demanda de aumentar o número de alunos por turma, e para isso precisa de transporte escolar, deputado Kennedy Nunes. E quem é que paga a conta do transporte escolar dos alunos da rede estadual? Os municípios, os prefeitos é que pagam essa conta, enquanto que o gestor estadual fica com o dinheiro da matrícula dos alunos da rede estadual.

Outro aspecto muito importante que já foi objeto de denúncia desta tribuna é a situação física das escolas da rede estadual. Confesso que estou extremamente perplexa com o que a comissão de Educação, Cultura e Desporto presenciou nas suas visitas em todas as regiões. Nós temos 65 escolas visitadas, e esse trabalho que a referida comissão começou no ano passado terá que ser um trabalho permanente, dado ao número grande de escolas em situações precárias.

Vamos fazer, hoje, a denúncia ao Ministério Público entregando todas as fotografias e dossiês dessas escolas estaduais. E, srs. deputados, nenhuma região está privilegiada, em todas as regiões, totalmente, tem problemas nas estruturas físicas das escolas.

Também outro problema encontrado com relação não apenas ao número de ACTs, à estrutura física, à formação, é o processo todo de discussão que precisamos fazer com relação à gestão democrática da educação. Não podemos admitir que em 2013 ainda tenhamos diretores de escolas sendo indicados de acordo com a ficha partidária.

Então, quero dizer com isso que todos esses temas iremos debater. E também anuncio que já fizemos a primeira reunião da comissão de Educação, Cultura e Desporto, e assumo como vice-presidente os grandes desafios em debater a educação no estado de Santa Catarina.

Por último também, sr. presidente, deixo aqui o nosso apoio a esse movimento que os bombeiros estão fazendo junto a uma audiência em Brasília, no dia de amanhã, para tratar com o ministro Luiz Fux a situação e o papel que cabe a eles, do ponto de vista da garantia da segurança das estruturas todas, dos equipamentos públicos, das estruturas privadas de atendimento nos municípios.

Portanto, deixamos o nosso apoio a essa pauta que é de uma frente de deputados, e esperamos chegar a um bom entendimento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra com muita alegria a presença do vereador Clésio de Oliveira Souza, do município de Orleans, e do prefeito interino, em exercício, Pitanta, do município de Palhoça.

Desejamos boas-vindas aos moradores de Enseada do Brito, Araçatuba, Morro dos Cavalos e rio Maciambu, que se fazem presentes nesta sessão.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Cumprimento a minha colega deputada Luciane Carminatti e os demais parlamentares. E quero dar um cumprimento especial à comunidade que se faz presente nesta sessão ordinária, que terão um tempo, sr. presidente, durante a suspensão desta

sessão, para fazerem suas manifestações. São pessoas que vieram da comunidade da Enseada do Brito e demais comunidades, para falarem sobre a demarcação das terras indígenas. Tenho certeza de que os demais parlamentares desta Casa tomarão conhecimento através da manifestação de um senhor ou de uma senhora.

Vim aqui, sr. presidente, falar sobre o pronunciamento que fez a presidente Dilma Rousseff, na semana passada, no Dia Internacional da Mulher. Antes, porém, quero dizer que lamento o acontecido que ainda está nas redes nacionais sobre uma festa duvidosa para as mulheres, promovida pelo município de Palhoça.

As mulheres não querem isso. As mulheres querem a garantia dos seus direitos, as mulheres quem o combate à violência, as mulheres querem respeito.

Lamentavelmente isso está acontecendo e aconteceu nesse município. Espero que a administração reveja seus conceitos e que dê para as suas funcionárias públicas municipais outros direitos que tenho certeza que elas querem.

Mas diferente do que aconteceu em Palhoça a nossa presidente Dilma Rousseff fez grandes declarações no Dia Internacional da Mulher.

(Passa a ler.)

"A presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento histórico à nação. Um pronunciamento em defesa das mulheres brasileiras e ao mesmo tempo anunciou a desoneração da cesta básica. Dilma Rousseff afirmou que todos os produtos da cesta básica estarão livres do pagamento de impostos federais. A presidente disse esperar que a medida estimule a agricultura, a indústria e o comércio e gere mais empregos."

Solicito à assessoria que apresente uma pequena parte de um vídeo do pronunciamento da nossa presidente Dilma Rousseff.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Continua lendo.)

"Sra. deputada, srs. parlamentares, considero esse anúncio um dos mais importantes realizados pela presidente Dilma Rousseff.

Os produtos da cesta básica não terão mais nenhum imposto federal. Ela vai priorizar dessa forma a alimentação da população brasileira.

Entendo perfeitamente os motivos, deputado Dirceu Dresch, que fizeram a nossa presidente Dilma Rousseff, anunciar essa medida no Dia Internacional da Mulher, a desoneração dos produtos da cesta básica. Ela sabe a determinação das mulheres na busca da garantia de uma alimentação saudável para os seus filhos, da luta diária das mulheres."

Quero aqui, em nome do Parlamento catarinense, agradecer mais uma vez a coragem dessa grande mulher, da presidente Dilma Rousseff, agradecer também o empenho, a coragem, a determinação em melhorar a cada dia a vida do povo brasileiro.

(Continua lendo.)

"Olhem bem as últimas ações, sras. deputadas, srs. deputados, do governo federal, que melhoraram de fato a vida de todos nós: redução dos juros bancários, que antes anunciavam, mas não acontecia, redução da energia elétrica, que já é um fato, e agora a redução dos impostos da cesta básica.

Todas essas ações diminuem os gastos dos trabalhadores e das trabalhadoras e permitem que as famílias planejem novos investimentos, como bem frisou a presidente.

Com a redução da energia elétrica, a fatura deste mês já veio com 18% de desconto, e com a redução dos impostos da cesta básica, as famílias brasileiras têm mais recursos para melhorar a sua qualidade de vida.

Agora fica o nosso desafio de fiscalizar os empresários e comerciantes para que as reduções dos impostos, de fato, cheguem à mesa dos brasileiros e das brasileiras.

Mais uma vez estamos fazendo aqui um contraponto com o governo estadual. Enquanto o governo federal reduz impostos, o nosso governo de Santa Catarina insiste sistematicamente, srs. parlamentares, no aumento dos impostos para os pequenos e microempresários do nosso estado, através do decreto n. 1.357".

E eu espero, deputado Dirceu Dresch, que todos os parlamentares desta Casa, que se comprometeram com os pequenos e microempresários e com os nossos comerciantes, votem um ato de suspensão produzido pela bancada do Partido dos Trabalhadores para que isso não aconteça.

(Continua lendo.)

"A presidente Dilma Rousseff anunciou também que o governo federal vai instalar em cada estado da federação um centro de atendimento integral à mulher, que contará, entre outros serviços especializados, com um setor de prevenção e atenção contra a violência doméstica e outro de apoio à mulher com ferramentas de estímulo ao pequeno negócio como o microcrédito e a capacitação profissional.

Espero que Santa Catarina não perca esse grande projeto. E a presidente Dilma Rousseff também tem o compromisso e a participação de todos para intensificar o combate ao tráfico sexual e à violência doméstica.

Espero com isso também, sr. presidente, que o estado de Santa Catarina se comprometa e seja parceiro nessas ações. Não acontecer o que aconteceu em Palhoça, mas acontecer com ações da nossa presidenta, e que o governo do estado busque esse recurso, a fim de dar garantia e segurança às mulheres catarinenses.

Garantido isso às mulheres, certamente vai tranquilizar a família que é composta por homens, mulheres, crianças e adolescentes.

Era isto que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Declino, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos visitam no dia de hoje, vereadores e vereadoras que nos estão acompanhando, prefeitos, vice-prefeitos, em especial a população que está no apoio neste dia, não somente os atingidos pela demarcação da área indígena na região de Palhoça. Eu vou falar logo em seguida sobre esse assunto, mas quero antes seguir o raciocínio feito desta tribuna pela deputada Ana Paula Lima, que destacou, na semana passada, dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, a mulher que cuida muito ainda da casa, dos alimentos, da família e que sabe quanto custa o quilo do feijão, o quilo do arroz, e anunciou uma ação importante do governo federal, ou seja, a redução da carga tributário do nosso país.

Já foram realizadas importantes ações como o caso da redução da carga tributária dos medicamentos, do material de construção, da alimentação, um tempo atrás, durante o governo do presidente Lula, e agora mais uma desoneração da cesta básica, tirando o PIS e o Cofins da alimentação de nosso país. Com certeza isso vai gerar um impacto muito positivo de mais de 9% de redução dos impostos na alimentação.

O que de fato esperamos, e a própria presidenta da República anunciava isso, é que tenhamos uma soma desses esforços que o governo vem fazendo de 9.25% a menos do preço da carne, do café, da manteiga, do óleo de cozinha e de outros produtos que já tinham redução, ampliando essa redução.

Podemos também ter a participação dos empresários do setor de alimentos, os quais poderão fazer sua parte, senão o governo abre mão dos impostos e a população não é beneficiada por essa redução porque os empresários acabam não reduzindo esse custo no supermercado, na

indústria, enfim, em toda a cadeia produtiva da alimentação.

Então, essa é a expectativa, inclusive é um apoio, um acompanhamento que a sociedade brasileira pode fazer nessa redução da carga tributária e no custo dos alimentos, para o povo brasileiro poder se alimentar de forma saudável.

Eu queria registrar isso aqui hoje, no horário do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, e falar sobre a importância da redução da energia elétrica.

Foi tanto uma reivindicação da população brasileira para suas moradias quanto dos empresários brasileiros, no sentido de reduzir o custo de produção das nossas indústrias, das nossas empresas. Então, esses dois temas impactam positivamente na melhoria da renda e da possibilidade de consumo do povo brasileiro.

Quero citar, nesta mesma direção, que aprovamos hoje dois projetos da comissão de Constituição e Justiça. Um deles mexe na economia catarinense, que é o da aprovação da recuperação do piso mínimo catarinense. É uma recuperação importante de praticamente 9.30% de reajuste do ano passado para este ano. Claro que havia a luta das centrais sindicais para ampliar essa recuperação, porque é importante para a economia catarinense e brasileira valorizar o salário do trabalhador.

Srs. deputados, foi a esse percentual que chegamos. E cumprimos também no nosso relatório esse acordo construído entre as centrais sindicais de trabalhadores e os empresários. Tenho dito desde 2009 que encaramos junto com os trabalhadores catarinenses, articulamos junto aos empresários e ao governo do estado esse projeto do piso mínimo regional, dada a sua importância não só para os trabalhadores catarinenses, mas para toda a população.

O trabalhador, no final do mês, não guarda o salário em casa, mas vai comprar alguma coisa, e isso faz o comércio vender e a indústria ter que produzir mais, gerando mais emprego. Então, quando a perspectiva do poder aquisitivo da população é

boa, a economia com certeza aquece e gera desenvolvimento.

Quero pedir às comissões para agilizarem o processo, para que possamos aprovar ainda esta semana o piso mínimo regional, pois ele é retroativo e temos várias categorias aguardando a aprovação desta Casa. Demorou muito para a base do governo se entender nesta Casa, para nomear os representantes das comissões, e isso atrasou a aprovação do piso mínimo regional. Por isso, também estamos lutando para que seja aprovado o índice de recuperação automática, para que a cada ano os trabalhadores não precisem aguardar acordo desta Casa para saber quanto vão receber do piso mínimo regional.

Para finalizar, tivemos também a aprovação do nosso projeto que destina 20% em dois anos da alimentação saudável, agroecológica e orgânica nas nossas escolas estaduais, que trará mais qualidade nos alimentos para as nossas crianças nas escolas.

Quero destacar que fomos procurados por muitas lideranças da demarcação da área indígena da região de Palhoça, pois entendemos importante os indígenas terem seu espaço e lutamos e trabalhamos neste sentido. Fizemos isso no oeste catarinense, na possibilidade da compra de uma área no município de Bandeirante, para assentar os indígenas, pelo menos provisoriamente, e trabalhamos para isso.

Entendemos que há um grande conflito de interesses quando pessoas que estão morando em determinado lugar há muito tempo, em suas casas, nas suas propriedades, de uma hora para outra são surpreendidas com demarcação de áreas indígenas. Precisamos resolver esse problema!

Estamos aí com um grande número de pessoas preocupadas com isso, que estão precisando de uma atenção especial. Então, esta Casa precisa dar esse suporte, apoio político junto ao governo do estado e ao governo federal, para não cometermos injustiça com essa população que construiu a sua história.

Sabemos que ao longo dos anos foram cometidas injustiças no nosso país com os indígenas, mas

também os agricultores e maricultores que compraram essa terra estão ali assentados com suas famílias há muito tempo e não podem ser injustiçados.

Precisamos achar um caminho justo para que os dois lados tenham o seu espaço. Este país é tão grande, este estado é tão grande, há tanto espaço, e nós não precisamos criar conflitos desta forma, ou seja, expulsar um para assentar o outro e, principalmente, os nossos agricultores, os nossos maricultores tem que ter o seu direito garantido, pois, infelizmente, a Constituição Federal não deixa a união indenizar as áreas consideradas indígenas.

Então, temos agricultores tendo que sair das suas propriedades com um simples pagamento das benfeitorias e não recebem por essa terra.

São vários conflitos que temos pelo estado afora, pelo Brasil afora. Precisamos resolver isso e esta Casa precisa ajudar neste debate e contribuir com essa discussão. O estado também tem responsabilidade porque em última instância, quem, à época, teve autorização e acabou vendendo essas terras também aos agricultores, foi o estado, que tem responsabilidade. Temos que discutir esse tema da demarcação das terras indígenas, caso contrário, continuaremos cometendo grandes injustiças pelo estado, pelo país afora.

Então, queremos um grande debate e a participação efetiva do governo do estado na defesa das famílias, do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, colegas da Imprensa, funcionários desta Casa, gostaria de

falar sobre alguns assuntos, mas, primeiramente, gostaria de aproveitar a deixa do deputado Dirceu Dresch com relação à manifestação que está havendo aqui no dia de hoje.

Temos um problema neste país com relação a essa questão das áreas indígenas. Há pouco tempo, perto do Sinuelo, em Araquari, houve uma discussão com relação a uma área que dizem que é indígena - inclusive, o deputado Nilson Gonçalves conhece muito bem este assunto, é um grande especialista neste assunto dos indígenas de Araquari - e devido ao impasse, foi feito um levantamento e chegou-se à conclusão de que havia índio até vindo do Paraguai. Ou seja, importaram índios lá do "paracopaco", onde dizem: *la garantia soy yo*. Tudo isso para dizer que aquelas eram áreas indígenas. E nós sabemos a história de índios lá da região, mas nada sabemos dos índios do Paraguai. Não há a possibilidade de começarmos a defender os índios do Paraguai. Acho que a questão indígena deve ser respeitada, deve ser defendida, mas não com estrangeiros que colocam aqui para fazer esse tipo de processo.

Então, essa é uma questão que deve, sim, ser resolvida e o governo federal deve tratar isso com muita responsabilidade. Entendo que a bancada do Partido dos Trabalhadores, que é do governo federal, poderá dar uma resposta muito positiva com relação a este tratamento.

Mas, sr. presidente, srs. deputados, no último sábado, deputado Silvio Dreveck, o nosso município de Joinville completou 162 anos, no dia 9 de março, e as coisas por lá não andam muito bem, estão difíceis. Tenho tentado segurar-me, mas não dá, sou obrigado a falar porque eu acho que algumas notícias não estão chegando ao governador Raimundo Colombo com relação à cidade de Joinville. Olha, tá complicado!

As escolas estaduais estão fechadas. Na maternidade Darci Vargas, um médico faz 12 partos por dia. A segurança está complicada! Tive meu escritório roubado no domingo, ao meio-dia e comecei a minha peregrinação às 15h de domingo

para fazer um Boletim de Ocorrência, que consegui fazer, apenas, na segunda, às 19h.

Deputado Padre Pedro Baldissera, está complicado lá em Joinville! A todo o momento o Ministério Público Federal está pedindo a prisão do secretário Dalmo Claro de Oliveira porque não consegue atender às reivindicações e as exigências feitas pelo Ministério Público.

Eu não posso ficar, de jeito nenhum, calado quando vejo uma secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville inerte, incompetente, não deixando as coisas se resolverem e querendo empurrar o problema.

O problema, deputado Silvio Dreveck, é que vamos à SDR para forçar a solução das escolas fechadas e a SDR diz que a solução está em Florianópolis, na secretaria da Educação. Daí quando vamos falar na secretaria para cobrar, dizem que a solução está na SDR.

Se estão fazendo isso com um parlamentar, imaginem o que fazem com um cidadão comum, deputado Padre Pedro Baldissera! Eu não vou me calar! Não é porque eu sou do partido do governador e faço parte da base governista que vou me calar ao ver a minha cidade, Joinville, sofrendo dessa forma! Não! Eu tenho compromisso com a minha cidade! Eu não tenho compromisso com aquilo que está errado!

De acordo com uma pesquisa feita agora, deputado Dirceu Dresch, 82% dos catarinenses acham que a Secretaria de Desenvolvimento Regional é cabide de emprego. Lá em Joinville mesmo não é um cabide, é uma arara, de tanta gente que tem pendurada lá. Mas quando é para resolver e atender à comunidade vem o vírus e a síndrome de Adão e Eva.

Os senhores conhecem a síndrome de Adão e Eva? Deus chegou ao Paraíso e disse: "Vocês podem comer de tudo, menos do fruto proibido". Daí Eva se enganou, comeu do fruto, os dois descobriram a sua nudez e esconderam-se, já que ao final do dia o Criador sempre vinha visitá-los para conversar e perguntar: "Adão e Eva, como foi o dia de vocês"? Um dia Deus chegou ao Paraíso e Adão e Eva tinham

sumido. Deus gritou: "Adão, onde tu andas"? Adão, envergonhado, respondeu: "Eu estou escondido, senhor". "Por que estás escondido"? "Porque Eva me enganou". Daí Deus perguntou para Eva o que aconteceu e ela respondeu: "Foi a serpente que me enganou, Criador". Como serpente não podia falar, paga até hoje, rastejando.

Assim está acontecendo lá em Joinville. Adão é a SDR, porque quando procuram a solução na SDR dizem que ela está em Florianópolis. E quando chegam à capital, que seria Eva, dizem que a solução não está aqui, e sim lá. Assim, o que está acontecendo? O povo está rastejando, não tendo atendimento na Maternidade Darcy Vargas.

Eu nasci na Maternidade Darcy Vargas, em 1970, que já recebeu um prêmio internacional, que já foi destaque no Brasil inteiro. De todas as maternidades públicas do país, a Maternidade Darcy Vargas, que já recebeu um prêmio internacional, hoje está recebendo a visita de um promotor federal com uma intimação para prender o secretário, porque tem uma reforma lá, deputado Nilson Gonçalves - e v.exa. também conhece -, que está há pelo menos quatro anos para acontecer e não acontece. E a Maternidade Darcy Vargas não atende somente a Joinville. Ela atende a Araquari e a Barra do Sul, que são cidades que não têm maternidades e, portanto, a população vai até lá para ser atendida.

Eu não vou colocar a culpa no governador por duas razões. Primeiro, porque o governador herdou do ex-governador Luiz Henrique da Silveira um estado oco e falido, com as escolas num caos.

Aquilo que não tem manutenção, que não tem cuidado, uma hora cai. O carro que não é cuidado vai quebrar. Até os nossos casamentos, se não tiver manutenção, o que vai acontecer? Vai acabar! As coisas também precisam de cuidado.

O governador assumiu essa maldita situação caótica das escolas, com a enrolação das secretarias de Desenvolvimento Regional que nada fazem. Mas o arara está lá, cheio de cabides de emprego. Meu Deus do céu, deputada Luciane

Carminatti, em Joinville as SDRs são tudo do PMDB. É impressionante!

Venho aqui deixar registrado, nesta tribuna, neste momento, a minha fala de protesto pela forma como a secretaria de desenvolvimento Regional de Joinville está tratando Joinville, pela forma como a secretaria estadual da Saúde tem tratado Joinville. Está aqui o meu protesto, o protesto de alguém que conhece a realidade, sabe dos meandros políticos, sabe das coisas, como se faz. E venho aqui porque não posso ficar calado.

Quando pego o jornal e vejo que 1.500 crianças estão sem aulas, que tem um médico fazendo 12 partos por dia, porque há um único médico na maternidade Darci Vargas, quando vejo que o nosso hospital Regional não tem médicos, que os médicos plantonistas, aliás, os cirurgiões estão fazendo como se fosse plantonistas, o que é antiético... E a própria Associação Catarinense de Medicina colocou essas irregularidades.

O governador vai lá, deputado Silvio Dreveck, anuncia obras, anuncia dinheiro, anuncia, e os seus subalternos não estão conseguindo resolver, não está acontecendo nada.

As pessoas estão agonizadas, estão sofrendo. Assim não dá! Tem que haver mudanças na área da Saúde, na área das secretarias regionais, mudança na área das questões da cidadania e justiça, porque foi lá em Joinville que aconteceu aquele absurdo e que acabou sendo o estopim para os últimos atentados em Santa Catarina. Tem que haver mudança na questão da segurança.

Não é possível eu ficar desde às 16h de domingo até as 18h de segunda-feira atrás de alguém que faça um Boletim de Ocorrência, pelo roubo que aconteceu no escritório onde eu trabalho. Essa é a verdade. E quero deixar aqui registrado o meu descontentamento, o meu agravo a essa forma com que Joinville está sendo tratado pela secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville, pela secretaria estadual da Saúde e também em outras áreas que o governo está deixando a desejar.

Governador Raimundo Colombo, estão enganando o senhor, e estou preocupado!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra a presença do prefeito Raul Ribas Neto, do município de Matos Costas, e do presidente da Câmara de Vereadores, Denilson Gregório.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar essa plateia que se encontra no plenário.

Sobre essa questão indígena quero falar num outro dia, porque senão vão dizer que estou querendo fazer média, falando e defendendo essa questão. Se eu falo agora, vão dizer que estou falando porque a Casa está cheia. E detesto isso, odeio isso. Mas quem me conhece sabe da minha luta e do meu envolvimento com essa questão, principalmente com a nossa região de Araquari, de São Francisco do Sul, da Barra do Sul, que estão sofrendo tanto quanto vocês com esse problema das demarcações de terras indígenas.

Essa questão das demarcações de terras é uma das coisas mais absurdas que já vi na minha vida. Se levarem a efeito isso, na minha região vão acabar com a nossa possibilidade de desenvolvimento, além de subtraírem propriedades legitimamente compradas, além de subtraírem de legítimos proprietários suas propriedades para dar aos índios que na verdade precisam de apoio, de atenção, de assistência médica, de alimentação e de educação. É disso que eles precisam, não de terras. E o padre Faquini, na minha região, que cuida deles, sempre diz isso.

Já conversamos inúmeras vezes, e eles dizem que não precisam de mais de 300 mil metros quadrados de terras. Não precisam mais do que isso.

O que precisamos é dar atenção aos nossos índios, médico, tratamento para o alcoolismo, que muitos têm, alimentação, assistência, enfim, um lugar onde todos possam ficar dignamente.

Existe em Araquari, já devidamente delineado, um lugar para todos. Mas a Funai e o governo federal insistem em querer fatiar a região todinha, demarcando as terras chamadas terras indígenas.

O que acontece com os senhores, e não conheço muito bem a realidade, deve ser uma coisa muito parecida, ou seja, querer arrancar os verdadeiros donos para entregar à demarcação indígena. Mas não é isso que eles querem; eles querem apenas atenção, alimentação, tratamento médico. É disso que eles precisam. Essa que é a grande verdade.

Bom, oportunamente, sr. presidente, vou entregar nas mãos de cada um dos srs. deputados uma publicação com dados econômicos e sociais, que me foi entregue, na segunda-feira, num evento que aconteceu no Perini Business Park, em Joinville, que contou com a colaboração da prefeitura municipal - o guia Joinville em Dados 2013, lançado ontem à noite.

Nessa reunião semanal da Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville - foi distribuído um livro que na verdade tem todos os dados referentes à nossa cidade de Joinville. E visa principalmente os empreendedores. Esse guia mostra a indústria catarinense, eis que também a indústria catarinense como um todo é referência no Brasil, e que Joinville tem o maior e o mais importante parque econômico, tecnológico e industrial de Santa Catarina, mas muitos não sabem.

Temos lá cerca de 1.300 indústrias e mais de 11.000 estabelecimentos comerciais. E esse guia tem a intenção de mostrar às pessoas que Joinville é um dos melhores lugares neste país para se investir, para se instalar e para morar, em que pese, deputado Kennedy Nunes, ter falado algumas questões pontuais em relação a Joinville. Eu diria até que são questões pontuais, pois na verdade Joinville, como um todo, se todos os senhores

forem analisar, e o meu querido deputado Kennedy Nunes sabe disso, é uma das melhores cidades, neste país, para se viver.

Evidentemente que temos lá o problema da carência de médicos, e há um esforço concentrado no sentido de contratar esses médicos. O problema é que a classe médica também não aceita o salário oferecido. Temos problemas de obstetras na Darci Vargas, e também existe um esforço muito grande por parte do sr. secretário para contratar obstetras, mas não conseguem por conta do salário. Esses médicos preferem os seus consultórios particulares e não querem trabalhar na questão pública.

Essas realmente são questões pontuais, que devem ter uma solução a curto e médio prazo, no máximo, para que possamos ter, definitivamente, uma Joinville melhor.

Quero que os senhores deputados atentem para esse Joinville em dados e levem aos seus esse conhecimento, para que os senhores saibam que Joinville ainda é uma das melhores cidades, neste país, para se viver e principalmente para se investir.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, E em seu nome quero cumprimentar todos os senhores deputados, as senhoras deputadas, nesta tarde. Cumprimento os ouvintes da TVAL e todo o público que nos visita nesta tarde.

Gostaria, na qualidade de deputado, de me colocar ao lado do pleito de todos os senhores que nos visitam nesta tarde, com relação às questões de demarcação, com relação às questões de uso e de ocupação do solo.

No nosso país, infelizmente, gastamos uma energia muito grande em questões que a legislação, a regra, o governo, deveria, teria a obrigação de ter isso claro, limpo, cristalino, para evitar que as pessoas tivessem que estar há anos, como é a situação dos senhores e das senhoras, aguardando por um desfecho que deveria estar claro na legislação.

Infelizmente, no nosso país, um país maravilhoso de se viver, ainda temos muitas questões criadas por interesse de algumas instituições, de pessoas. E o conflito na legislação, porque uma lei manda prender, outra manda soltar, uma manda demarcar, outra manda não demarcar, tem causado na nossa população muito prejuízo, muita indignação. Essa é uma energia que poderia estar sendo gasta em construir um futuro melhor para todos nós. Então, temos que voltar a andar em volta de situações, ano após ano, de realidades que não se resolvem.

As instituições existem há anos, a Funai, as organizações não governamentais, e muitas delas prestam um grande serviço, mas outras vivem desses conflitos, abastecendo os conflitos e não ajudando a construir uma solução.

Por isso, fica aqui o nosso apoio à causa e o nosso pedido para que de uma vez por todas o governo federal e o governo estadual somem forças e resolvam, obedecendo obviamente à história de vida das pessoas, obedecendo à vocação das áreas, mas acima de tudo dando oportunidade para as famílias viverem com tranquilidade, com qualidade de vida, onde estão situadas.

Por isso fica aqui o nosso apoio à causa e o nosso pedido para que de uma vez por todas o governo federal e o governo estadual somem forças e resolvam obedecendo obviamente a história de vida das pessoas, obedecendo à vocação das áreas, mas, acima de tudo, dando oportunidade para as famílias viverem com tranquilidade, com qualidade de vida onde estão situadas.

Por isso fica aqui, gente, o nosso apoio à causa de vocês.

(Palmas das galerias)

Quero hoje também, deputado Padre Pedro Baldissera, colocar um pouco do trabalho que estamos fazendo numa outra causa que mexe com a vida de muita gente.

Estamos coordenando a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense, deputado Jorge Teixeira, nosso vice-presidente. Amanhã juntamente com outros deputados desta Casa, Volnei Morastoni, Antonio Aguiar, estaremos em Brasília acompanhados da Associação dos Hospitais de Santa Catarina e também da Federação dos Hospitais e Entidades de Santas Casas, numa audiência no ministério da Saúde, também para tratar de um direito dos catarinenses que há algum tempo foi esquecido e que tem prejudicado muito a vida do povo catarinense, principalmente o povo mais pobre que precisa usar o Sistema Público de Saúde.

Quero falar aqui do teto financeiro repassado a Santa Catarina pelo sistema SUS. Nós todos do sul do país - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina - temos os mesmos problemas de saúde, os mesmos problemas ambientais, mas vejam que para o ministério da Saúde um morador do Rio Grande do Sul, um gaúcho, recebe mais, vale mais do que um catarinense. Hoje, o teto repassado para Santa Catarina, para cada catarinense, por ano é de R\$ 231,00, para o Paraná é de R\$ 240,00 e para o Rio Grande do Sul é de R\$ 296,00.

Eu que conheço, pois moro mais no sul de Santa Catarina, entendo hoje por que muitos catarinenses da minha região preferem os hospitais do Rio Grande do Sul em relação aos hospitais de Santa Catarina.

Amanhã, estaremos num grupo de deputados numa audiência marcada pela Frente Parlamentar, para discutirmos com o ministério da Saúde a igualdade. Se tivermos sucesso, Santa Catarina irá receber por ano mais R\$ 90 milhões. Dá para construir todos os anos pelo menos quatro novos hospitais ou, melhor do que isso, pagar melhor os médicos, pagar melhor os hospitais para que possam atender à nossa população com melhor qualidade e com mais resolutividade .

Por isso, essa missão amanhã junto com os deputados em Brasília tentar, com o apoio dos deputados federais, com o apoio da ministra Ideli Salvatti sensibilizar o ministério da Saúde atendendo a esse pleito justo para o povo catarinense.

Assim, fica aqui registrado que o nosso movimento também tem um compromisso já firmado com as santas casas e hospitais filantrópicos de Santa Catarina e do Brasil e que no próximo dia 20 estaremos no Rio Grande do Sul, num movimento, unindo os hospitais filantrópicos, comunitários de Santa Catarina com os do Rio Grande do Sul, para encabeçarmos um movimento para reajuste da tabela do SUS, que está defasada e que tem causado a falência de muitos pequenos hospitais pelo interior do Brasil e também do nosso estado.

Estamos articulando também uma pauta das santas casas e hospitais filantrópicos para que o Congresso Nacional nada mais vote até que seja reajustado ou melhorado o pagamento pelos serviços prestados por esses hospitais.

Vale lembrar que, no último dia 28, estivemos em Brasília, no Congresso Nacional, através do presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, em reunião com os integrantes das frentes parlamentares estaduais. E foi criada uma comissão especial destinada a discutir o financiamento da saúde pública.

Os municípios brasileiros estão gastando de 15% a 20% em saúde, os governos estaduais, 12%. E, em 2012, o governo federal aplicou somente 4% do seu orçamento em saúde. Aí os médicos são mal remunerados, os hospitais passam dificuldades. E quem paga essa conta é o usuário do SUS que acaba sendo mal atendido.

Por isso é necessário que nos unamos. Todos os deputados, a população catarinense está convidada a somar esforços nessa causa, que não é apenas de Santa Catarina, mas do Brasil inteiro, para melhorar o financiamento para a Saúde.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Ainda dentro do horário destinado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por treze minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, inclusive não estava inscrito para falar no horário destinado ao PMDB, mas o faço em função do movimento de Maciambu com relação à portaria do ministério da Justiça. Eu sei que há um documento pedindo o apoio dos deputados para que peçam ao governador que se coloque à disposição dos moradores daquela região um procurador, um defensor jurídico.

Na realidade, algumas decisões do governo federal, na minha maneira de ver, são precipitadas, como essa que diz respeito àquela região, onde a grande maioria dos moradores ocupa aquela região historicamente, há dezenas de anos. Então, acho que não tem sentido uma portaria feita num gabinete de Brasília, porque um tecnocrata sugeriu ao ministro da Justiça que, é bem verdade, muito tem contribuído com o estado de Santa Catarina. Mas, neste momento, é preciso haver mais cuidado com essas determinações. É verdade que os índios têm direitos que precisam ser mantidos. Mas essas famílias que moram ali há centenas de anos como ficam?

Então, não há uma solução que esteja no estado de Santa Catarina. Não tem solução aqui. Ou se discute isso judicialmente ou tentamos uma interferência política lá em Brasília, porque a revogação dessa portaria tem que ser feita pelo ministério da Justiça. Não há alternativa. E isso acontece não é apenas com Maciambu e Palhoça, mas com várias outras regiões do estado e do Brasil.

Acho que precisamos rever até esse preceito constitucional que diz respeito à garantia das áreas indígenas, que devem ser preservadas, mas isso tudo tem um limite. Não é possível, nessas regiões em que moram centenas de agricultores que já criaram seus netos e bisnetos, e às vezes não há mais nem indígenas ali, que as pessoas sejam pegadas de surpresa por uma portaria baixada ou

sugerida por algum tecnocrata, sem olhar o problema social.

Se o problema indígena é um problema social, o problema desses moradores também é. E essa questão precisa ter uma solução, na minha maneira de ver, política. Então sugiro ao deputado Joares Ponticelli, presidente desta Casa, que façamos um grupo de parlamentares com alguns moradores, no sentido de buscarmos a solução lá em Brasília, que é o fórum de decisão desta questão, no ministério de Justiça, envolvendo até o fórum de Santa Catarina, que é um fórum suprapartidário composto de senadores e deputados.

Vamos buscar uma solução no local certo. Não é aqui na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Nobre deputado Edison Andrino, desse assunto entendo muito bem.

Fui prefeito, em 2000, na cidade de Vitor Meirelles, onde a Funai também, através de uma ação do ministério da Justiça, definiu a desapropriação de 19 mil hectares, envolvendo quase 600 famílias.

São 14 anos que estamos lutando contra o governo federal, e só tem uma solução para essa comunidade que está me ouvindo: entrar judicialmente para embargar a demarcação. E a partir daí, aproveitando a sua explanação, fazemos uma movimentação junto ao Fórum Parlamentar, em Brasília, para que faça uma alteração ou na Constituição Federal ou na própria portaria que demarcou essa área como indígena.

Então, neste momento, para que se estanque esse assunto, a decisão tem que ser pelo caminho judicial e assim buscarmos a saída. São 14 anos que estamos trabalhando na região do alto vale, envolvendo os municípios de Itaiópolis, Doutor Pedrinho, José Boiteux e Vitor Meireles. E até hoje não temos solução ainda. A própria condição da justiça federal não sabe como se posicionar. A prova disso é que o ministro Ricardo Lewandowski

que está julgando o nosso caso, daquela região, solicitou uma perícia independente. Portanto, nós, as pessoas, os agricultores, as empresas pagaram uma perícia independente daquilo que foi feito pela Funai, para que o Supremo Tribunal Federal possa se manifestar.

Então, conhecemos esse assunto, porque convivemos com ele há 14 anos, e a saída é via judicial neste momento, até buscarmos o encaminhamento administrativo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Essa experiência que vocês têm em Vitor Meireles, José Boiateux, Itaiópolis e Doutor Pedrinho, a região em que v.exa. foi prefeito, pode ser um parâmetro para esse pessoal aqui de Maciambu, baseado inclusive nessa demanda judicial dessa região. E acho que a solução primeira, imediata, é uma tomada de decisão judicial, mas numa luta paralela, política, em Brasília, para que se reveja toda essa questão.

Pois vejamos quantos problemas estamos enfrentando em Santa Catarina e em outros estados da Federação, como Paraná, Rio Grande do sul, para os quais precisamos buscar uma solução, eis que é um problema social de todos, dos indígenas e dos moradores, principalmente dos pequenos agricultores.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Edison Andrino, esse tema é muito importante e interessante, porque da mesma forma que o nosso deputado Aldo Schneider vivenciou esse problema no município dele vivenciei durante os oito anos como prefeito de Cunha Porã. Lá temos um problema idêntico a esse, que envolve os municípios de Cunha Porã e Saudades.

O que criamos lá para defender esses agricultores? Para fazer os encaminhamentos da Funai, ela dispõe de mais de mil ONGs por trás deles, empurrando-os para tomarem uma atitude. E

ainda temos o Cime que trabalha e advoga exclusivamente essas questões. Nós criamos uma ONG no ano de 2000 justamente para defender as famílias de agricultores, em torno de 160, que pela lógica da Funai deveriam deixar as suas áreas. E ir para onde? Ninguém sabe. Com certeza, embaixo de uma ponte ou ao lado de uma rodovia, porque até o Incra indenizar essas terras, esses agricultores já perderam dez, 20 anos de suas vidas.

Então, essa ONG vem fazendo essa defesa, inclusive contatando profissionais, advogados antropólogos. Nós contratamos um antropólogo de São Paulo, e custou R\$ 180 mil o serviço dele, enquanto que a Funai pagou R\$ 2 milhões para uma antropóloga fazer um levantamento para dizer que lá no interior desses dois municípios existiam índios no momento do advento da Constituição Federal de 1988. Isso é mentira, porque mais da metade do laudo dessa antropóloga é cópia, *ipsis litteris*, de outro parecer feito lá numa região de Mato Grosso do Sul.

Então, quer dizer se monta um processo, cria-se um problema social, porque hoje a depressão está tomando conta daqueles agricultores, muitas vidas já foram ceifadas pela depressão, porque lá também tem os antecedentes que foram enterrados, tem os sonhos de suas famílias, tem projetos de vida e muitos investimentos naquelas propriedades. Mas se não se organizarem dessa forma, podem ter certeza de que em questão de poucos meses os agricultores acabam deixando suas áreas, porque a Funai vai tomar conta.

Enquanto o Congresso Nacional não chamar esse compromisso para o Congresso poder pelo menos avaliar todos os processos de demarcação em nosso território brasileiro, a Funai vai continuar ditando ordens, passando por cima até mesmo dos poderes do próprio ministro da Justiça que simplesmente somente assina, não lê, não vive o que está acontecendo nos pequenos municípios. E o caos fica montado para que nós parlamentares acabemos encontrando soluções paliativas para proteger tanto o índio quanto o agricultor.

Então, o processo tem que começar por lá. Mas aqueles que estão se defendendo, faço minhas as palavras do deputado Aldo Schneider, contratem advogado, vão à luta, porque o estado vai ser muito difícil, porque o estado não tem competência para esse fim. Somente a união vai legislar e vai advogar em favor dos índios.

(Palmas)

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço, deputado Mauro de Nadal.

Escutamos aqui dois exemplos que podem ser referências para os moradores de Palhoça. Espero que esta Casa contribua politicamente, no sentido de buscarmos solução judicial e principalmente, quem sabe, sr. presidente, uma comissão que vá a Brasília para juntos levantarmos esse problema que não é um problema específico nosso, do estado, mas é um problema de vários estados do Brasil e principalmente dos municípios em que v.exa., como prefeito, teve que enfrentar esta questão.

(Palmas)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, registro com muita satisfação a presença do prefeito de Barra do Sul, nosso querido amigo Ademar, e do vereador Borba.

Eu gostaria de lembrar ao deputado Edison Andrino que abri nesta Casa o Fórum Permanente sobre a demarcação de terras indígenas e tivemos a oportunidade de em duas ocasiões estar com a bancada catarinense em Brasília, tratando desse assunto. Já fizemos reuniões de todos os tipos e todos os jeitos aqui também. E é um inferno. Isso não anda. Não vai nem para frente nem para trás. É um inferno. Enquanto isso as pessoas acabam pagando o pato. Não sei onde está engatado isso, que não vai nem para frente nem para trás. Fazem reunião com bancada catarinense em Brasília, faz

reunião com a, com b, com c, e ninguém resolve coisa nenhuma. Essa que é a grande verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência acolhe, deputado Edison Andrino, a sugestão de v.exa., juntamente com o deputado Mauro de Nadal que é presidente da comissão.

Vamos fazer esse encaminhamento da solicitação de audiência em Brasília para tratarmos desta questão.

Registramos a presença do secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, deputado Renato Hinnig.

Seja bem-vindo à nossa Casa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de lei n. 0338/2012, de procedência do governo do estado, que altera a Lei n. 15.390, de 2010, que institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação múltipla e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0017/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 8.282, de 1991, que declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial São Francisco de Assis, de São José.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0397/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 6.666, de 1985, que declara de utilidade pública o Mutirão do Amor - Sociedade Beneficente de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0019/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina o Dia de Combate à Intolerância Religiosa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e da de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que padroniza a velocidade máxima permitida na passagem de veículos automotores por redutores eletrônicos

instalados nas rodovias e estradas estaduais e municipais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0141/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que determina a inserção de mensagem nas faturas dos serviços e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0326/2012, de autoria do deputado Sandro Silva, que dispõe sobre a proibição da utilização de aparelhos sonoros com sistema de reprodução e amplificação de som, no modo alto-falante, dentro dos veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0327/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre a expedição de carteira de identidade aos portadores de deficiência visual no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu vi que hoje novamente aprovamos vários projetos que declaram de utilidade pública várias entidades, algumas novas, outras revalidação. Há um pedido já feito por este deputado, e parece que até não resolveu. Mas eu entendo, sr. presidente, que depois de aprovado por esta Assembleia Legislativa, a entidade fica com utilidade pública aprovada.

Sei que existe um sistema na Casa que depois já starta o envio da correspondência para a entidade. Mas no mundo digital que estamos vivendo reforço o pedido para que v.exa. verifique como está esse procedimento, para que o cidadão possa no site da Alesc ter a possibilidade de pegar a

certidão ou uma declaração de utilidade pública. Eu falo isso, porque há alguns dias a Sociesc estava participando de uma disputa de concurso público e quase perdeu porque não havia chegado a certidão. E se tivesse à disposição no site, eles teriam a possibilidade da credibilidade. Por isso, reforço o pedido, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - A nossa diretoria legislativa nos informa que está procedendo a essa verificação, deputado Kennedy Nunes, e vai prestar a v.exa. e a todos os srs. deputados interessados essa informação.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0376/2012, de autoria da bancada do PMDB, que cria a Semana Estadual da Consciência Negra no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0074/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0075/2013, de autoria do deputado Dado Cherem; 0076/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0077/2013, 0078/2013, 0079/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0080/2013, 0081/2013, 0082/2013, 0083/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, .

Esta Presidência comunica que defere os seguintes requerimentos: 0125/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero pedir licença ao deputado Carlos Chiodini para subscrever este requerimento de sua autoria.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a aquiescência do deputado Carlos Chiodini, a deputada Ana Paula Lima subscreve o referido requerimento.

Com a aquiescência do deputado Carlos Chiodini, a deputada Ana Paula Lima subscreve o referido requerimento.

Foram deferidos também os Requerimentos n.s. 0126/2013 e 0127/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0128/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0129/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero pedir ao deputado Ismael dos Santos para subscrever também o requerimento de sua autoria.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a aquiescência do deputado Ismael dos Santos, a deputada Ana Paula Lima subscreve também o requerimento do sr. deputado Ismael dos Santos.

Foram deferidos também os Requerimentos n.s. 0130/2013, 0131/2013, 0132/2013 e 0133/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Requerimento n. 0124/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das empresas Tim, Claro, Oi, e Vivo, pedindo a instalação de torre de telefonia móvel nas comunidades de Rio Novo, Barra Clara e Garcia, no município de Angelina, para atender

principalmente as escolas de ensino fundamental e médio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0005/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, manifestando ao presidente do Senado apoio à aprovação ao Projeto de Lei n. 0188/2011, de autoria do senador Casildo Maldaner.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0006/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, parabenizando o deputado federal Décio Lima por assumir a presidência da comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara Federal.

Esta Presidência solicita autorização a v.exa. para converter esta moção, com o apoio de todos os líderes, numa moção desta Casa legislativa, pela alegria do nosso estado em ter o deputado federal Décio Lima como presidente da mais importante comissão da Câmara dos Deputados.

(A autora aquiesce.)

Passa, portanto, a ser esta moção, deputada Ana Paula Lima, de autoria dos 40 parlamentares que compõem esta Casa legislativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Da mesma forma, o que foi bem lembrado pelo deputado Romildo Titon, vice-presidente, esta Presidência solicita à assessoria o encaminhamento de uma moção de cumprimentos ao deputado Edinho Bez que, para nossa alegria, também foi eleito presidente da comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Aliás, deputados Valmir Comin, José Milton Scheffer, José Nei Ascari, Dóia Guglielmi, Altair Gudi, Manoel Mota, como primeira ação do deputado Edinho Bez, será realizada, na próxima terça-feira, dia 19 de março, às 17h, na comissão de Fiscalização e Controle, sob a sua presidência, uma reunião do Fórum Parlamentar para unir todas as forças em prol da liberação do carvão mineral como fonte energética de nosso estado.

Essa é uma ação já presidida pelo deputado Edinho Bez que antecede à posse do novo presidente da Frente Nacional do Carvão, que vai acontecer às 20h30, que será presidida a partir de agora pelo deputado Afonso Hamm, do estado do Rio Grande do Sul, com a participação do deputado Edinho Bez numa das vice-presidências e de tantos outros parlamentares.

Portanto, esta Presidência, em nome dos 40 parlamentares, pela lembrança do deputado Romildo Titon, encaminha e coloca em discussão e em deliberação deste plenário moção de cumprimentos ao deputado Edinho Bez pela presidência na comissão de Fiscalização e Controle.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPTUADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar v.exa. pela atitude e mérito de elencar uma das pautas deste Parlamento em defesa do carvão mineral catarinense.

Em segundo lugar, quero dizer da importância desse evento que vai acontecer no dia 19 próximo, com a participação inclusive da Fiep, do estado do

Paraná, da Fiesc, de Santa Catarina, e da Fieg, do Rio Grande do Sul. Paralelamente, há a luta da bancada federal catarinense, com a Presidência do deputado Afonso Hamm e do trabalho que v.exa. desenvolve juntamente com o líder gaúcho, Pedro Westphal, nessa luta em defesa do carvão.

Como está previsto nos próximos dias a inauguração da usina do Eike Batista no estado do Ceará com três módulos de 300 *megawatts*, totalizando 900 *megawatts* de energia/hora, com carvão importado da Colômbia, esperamos, naturalmente, a sensibilidade da presidente Dilma Rousseff no sentido de permitir a geração de energia inclusa nos leilões da Eletrobras, chamado A-5.

Então, é um prazer e uma satisfação muito grande estar juntamente com v.exa. nessa luta.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, amanhã eu e outros deputados não estaremos presentes na sessão, porque junto com uma comitiva da cidade de Joinville teremos uma audiência, às 16h, no Supremo Tribunal Federal, com o ministro Fucks, sobre a PEC que aprovamos aqui com relação aos Bombeiros Voluntários.

Então, gostaria de justificar a nossa ausência, pois estaremos junto com a caravana que irá a Brasília para mostrar ao ministro a importância do trabalho dos bombeiros voluntários aqui em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero pedir ao deputado Kennedy Nunes que lá em Brasília, por favor, justifique a minha

ausência na referida reunião, porque tenho compromisso com alguns prefeitos da minha região já agendados em Florianópolis e não tenho como estar lá.

Quero aproveitar o ensejo também para fazer um requerimento verbal no sentido de enviar nossas congratulações, em nome desta Casa de Leis, ao padre Jorjão e ao padre Jorginho, que receberam ontem o título de cidadão honorário, em Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não há mais matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, esta Presidência comunica que recebeu Ofício n. 19/2013, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste e atendendo pedido da comunidade do Distrito da Enseada de Brito, do Conselho Comunitário e demais associações interessadas, espaço de dez minutos na tribuna desta Casa, para o próximo dia 12 de março do corrente para os srs. Milton Moreira e Suzana Aparecida Alano.

Essa manifestação faz-se necessária para que possamos neste dia falar sobre o processo e a demarcação das terras indígenas daquela localidade.

Desejamos êxito e nos colocamos à disposição.

(aa):

Deputado Altair Guidi, líder do PPS; Deputada Angela Albino, líder do PCdoB; Deputado Carlos Chiodini, líder do PMDB; Deputado Darci de Matos, líder do PSD; Deputado Dóia Guglielmi, líder do PSDB; Deputado Narcizo Parisotto, líder do PTB; Deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT e Deputado Valmir Comin, líder do PP."

Portanto, esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos, convidando para fazer uso da palavra o sr. Milton Moreira e a sra. Suzana Aparecida Alano.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência, antes de conceder a palavra aos deputados Kennedy Nunes e Edison Andrino, gostaria de solicitar, de pronto, ao eminente presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Mauro de Nadal, que receba toda a documentação que nos foi trazida pelas lideranças que aqui estão e pelos dois manifestantes que falaram em nome das comunidades. Gostaria, ainda, de solicitar à nossa assessoria que reúna o material dessas manifestações e os encaminhe ao deputado Mauro de Nadal para que ele, como presidente da comissão de Constituição e Justiça, conforme sugestão feita pelo próprio deputado Edison Andrino, juntamente com esta Presidência, com a Mesa Diretora, proceda à solicitação de audiências e demais providências a serem tomadas pelo governo federal, especialmente à Funai, porque entendemos bastante contundentes as manifestações aqui feitas e, naturalmente, que esta Casa precisa se manifestar.

Portanto, deputado Mauro Nadal, v.exa. na condição de presidente da comissão de Constituição e Justiça, juntamente com a Mesa Diretora, fará esses encaminhamentos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero deixar registrado que fico impressionado quando ações de burocratas conseguem dividir as posições, porque, hoje, o que vimos aqui, deputado Edison Andrino, foi impressionante, pois os índios estão junto com os pescadores e contrários a uma decisão de um órgão que deveria defendê-los. Isso mostra a proporcionalidade que essa decisão está tomando.

Então, quero parabenizar também o cacique pela coragem de vir aqui colocar aos representantes dos índios que estão aqui... Ou seja, esta Casa não poderia fazer de forma diferente a não ser ouvi-los, recebê-los e estar junto nessa defesa.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, essa cena registrada pela Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina é histórica. Veja v.exa. que esse teria que ser o papel da Funai. Nós só temos um tipo de brasileiro, independente de ser indígena, negro ou branco. Vimos aqui um indígena, um cacique, junto com a Suzana, que representa a comunidade que ali mora, buscando uma solução harmoniosa para os moradores. Este tem que ser o papel da Funai: unir os brasileiros e não criar a divisão.

Essas portarias baixadas nos gabinetes de tecnocratas em Brasília servem para dividir brasileiros em vários municípios do Brasil e aqui em Santa Catarina, como foi relatado pelo deputado Mauro de Nadal e pelo deputado Aldo Schneider.

Então, eu acho que esta Casa, sr. presidente, tem um papel fundamental. E espero que essa cena sirva de exemplo. Provavelmente, alguém da Funai, da universidade, esteja vendo e mude esse conceito de demarcação de terras. Acho que a Funai tem que ter um papel primeiro de unir todos, em vez de dividir brasileiros para lá e para cá.

Muito obrigado, e quero cumprimentar v.exa. pela decisão de levar essa luta adiante.

(Palmas)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, vivo dia a dia a situação não só deste conflito, mas de outros conflitos também. O deputado Mauro de Nadal sabe do nosso empenho já de anos lá no nosso município, onde estamos num conflito de duas partes que sofrem por um processo equivocado.

Novamente o estado está tirando famílias de seus espaços. E aqui eles disseram que poderia ter recuado 100 metros, 150 metros, sem precisar desalojar as famílias. Teriam espaços para os índios e as famílias poderiam continuar lá.

Essa discussão precisamos fazer com a Funai, com o governo federal, com o estado. O estado do Rio Grande do Sul procurou uma forma depois das últimas consequências de desapropriações de agricultores que ficaram sem terra. As pessoas pagaram essas terras de boa fé, elas têm que receber por isso. O estado tem que pagar por isso, seja a União, o estado, têm que juntos resolverem essa questão.

Por isso, entendemos estarem corretos os encaminhamentos. Precisamos trabalhar e lutar para que não aconteça injustiça, seja com um ou com outro, pois tem que ter espaços para todos. Esse país é tão grande que não precisamos cometer injustiças.

(Palmas)

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT - Obrigada, sr. presidente, gostaria de primeiro saudar o prefeito da minha cidade, do município de Palhoça, Nirdo Artur Luz, conhecido como Pitanta, que está aqui presente.

Saúdo também todos os moradores da minha Palhoça, da Enseada do Brito, de Araçatuba e de Maciambu, que estão aqui presentes fazendo essa reivindicação na Casa do Povo.

Quero agradecer ao nosso presidente, agradecer à Mesa, que tiveram a sensibilidade de estar atendendo esse pleito da comunidade que está com esse conflito. Não tenho dúvida de que vocês vieram no lugar certo, com certeza. Os 40 deputados estarão do lado de vocês, não tenho dúvida disso!

Muito obrigada, sr. presidente!

(Palmas)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu, como já fiz no primeiro pronunciamento desta tarde, queria dizer que, além das decisões de burocratas que parece uma avaliação adequada, me parece que na fala da representante das comunidades e do próprio cacique que aqui se pronunciou está mais ou menos claro outro elemento, ou seja, tem interesse econômico financeiro de empreiteiras na questão da construção de dois túneis no Morro dos Cavalos e não apenas um. E por isso essa usurpação, inclusive da autonomia indígena em relação a esse assunto.

Quero parabenizar todos os pronunciamentos aqui nesta tarde, especialmente a comunidade do cacique e todos vocês pela organização e pela luta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Portanto, essa Presidência agradece essa manifestação ordeira, justa, que a comunidade faz aqui. Essa é a Casa do Povo; por isso, agradecemos, acima de tudo, a forma como as senhoras e os senhores se manifestaram. É dessa forma que esta Casa tem apoiado ações de resgate da justiça acima de tudo. E faremos a nossa parte para que se restabeleça a tranquilidade acima de tudo nessas comunidades.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, queria cumprimentar aqui toda a delegação que veio trazer essa reivindicação expressa pelos índios e dizer que o Brasil já cometeu muitas injustiças sociais. E provavelmente a maior injustiça que cometeu foi contra aqueles que moravam aqui primeiro. Por isso que é muito importante essa visita para colocar-nos a par de toda a situação.

E como já foi dito por outros companheiros aqui, nós estaremos, sim, ouvindo e dando o melhor encaminhamento para uma boa solução a todos vocês.

Senhor presidente, também quero cumprimentar o prefeito Vânio Topanotti, do município de Bom Jardim da Serra, que está hoje aqui trazendo algumas reivindicações daquele município. Um município bonito, com um bom potencial turístico, onde a escada da Serra do Rio do Rastro é uma das sete maravilhas do mundo, se apoia naquele município.

Esse município tem um potencial turístico extraordinário, é muito grande, tem oitocentos quilômetros de extensão, tem mais de mil quilômetros de estradas municipais de chão batido, tem uma produção agrícola e agropecuária muito grande. No entanto, o grande problema do prefeito é justamente garantir a escoação da colheita da maçã. Muitas vezes, agora no começo do ano, se ouve histórias que tombam na estrada e não chegam à fazenda para buscar a safra da maçã, justamente pela péssima situação das estradas.

Então, o prefeito Vânio traz aqui ao governo várias reivindicações na área do turismo, de recuperação das estradas municipais, algumas reivindicações na área da educação, para colaborar com o processo de municipalização, mas que naturalmente precisa de um apoio muito grande para concluir e construir algumas escolas e poder ficar da primeira à nona série ao encargo do município, e o ensino médio, como é o processo de municipalização, ficar com o estado.

Então, cumprimentamos o prefeito Vânio, ele que foi secretário municipal da Saúde, já foi gerente da Saúde, e que carregou muitos doentes no colo, trazendo para Florianópolis, para encontrar a cura de algumas doenças. E hoje todo o município está sob a sua responsabilidade. Parabenizamos o seu trabalho e garantimos o nosso apoio.

Vejo aqui no plenário o deputado Dóia, um deputado que tem dado um apoio muito grande àquele prefeito, como disse, uma prefeitura, um município muito grande, de uma população pequena, mas que vislumbra um grande futuro na área do turismo, na

área de produção agroindustrial, na produção de maçã. E agora desponta, aqui em Santa Catarina, também na produção de energia elétrica, através da energia eólica. As melhores correntes que cruzam Santa Catarina passam exatamente lá em Bom Jardim da Serra.

Então, tem um potencial extraordinário, e tenha a certeza de que tem o apoio desta Casa, especialmente do deputado Dóia, como já tem dado.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Colega deputado, agradeço essa grande oportunidade.

Da mesma forma gostaria de cumprimentar Vânio Topanoti e o vice-prefeito, o vereador e secretário, que estiveram também nos visitando hoje. E nós, conhecedor daquele município, do seu potencial, vamos fazer um registro de que é um dos municípios com o menor IDH do nosso estado.

Realmente aí vem um dos grandes problemas daquele município, que são as rodovias municipais, que são precárias, com difícil acesso ao escoamento das mercadorias, da produção rural.

Por isso, quero parabenizar a sua iniciativa, e tenho certeza de que com uma força conjunta poderemos ajudar o prefeito de Bom Jardim da Serra, que começou com muita vontade, com sentimento de recuperar aquele município, que até o momento tem muito a merecer do governo do estado.

Parabéns. É desta forma que queremos contribuir, companheiro.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado!

Os nossos cumprimentos ao vice-prefeito, o Sérgio Rodrigues de Oliveira, que juntamente com a delegação daquele município está hoje aqui nesta Casa.

Quero cumprimentar ainda, sr. presidente, o prefeito Albino Gonçalves Padilha, prefeito de Bom Retiro, também uma cidade com nove, dez mil habitantes, muito grande, que tem uma grande extensão territorial, tem quase mil quilômetros de

estradas municipais, todas elas, naturalmente, de chão batido, e muitos quilômetros são intransitáveis. E a maior preocupação do prefeito Albino é justamente dar condição para que o produtor rural daquele município possa viver bem, feliz, possa escoar a sua produção, dar uma garantia de qualidade de vida. E isso tudo se consegue tendo uma infraestrutura melhor nos municípios.

Infelizmente, os municípios pequenos do Brasil, devido à divisão tributária que nós temos hoje, que privilegia a produção e não o consumo, que privilegia os estados, as cidades que produzem muito. É para lá que retorna a maior parte dos tributos.

Sacrificam então os municípios pequenos, onde naturalmente, se somados, esses municípios pequenos significa um volume muito grande de pessoas que tem uma barganha muito pequena junto ao governo do estado, junto ao governo federal. Com isso ficam sempre à margem, não podendo fazer investimentos de infraestrutura para segurar o povo que é de lá.

Asseguro que, como sou natural de Botuverá, mais da metade dos municípios de Santa Catarina são municípios de pequeno porte e que os prefeitos não têm verba suficiente para garantir uma infraestrutura adequada, seja em estradas, seja em educação, seja na saúde, seja em telefonia, enfim, tudo isso vai gerando a sensação de que infelizmente a favela das grandes cidades acaba sendo melhor do que o centro ou o interior, pelo menos dessas cidades pequenas que ficam abandonadas, assim como Bom Jesus da Serra, Bom Retiro. E mais de 150, 160 cidades de Santa Catarina seguramente têm deficiência de recurso para investimento, primeiro, como disse, porque a verba própria do município é muito pequena, o governo federal detém a maior parte do recurso, praticamente 70% de toda a arrecadação tributária.

Então, caberia ao governo federal fazer uma distribuição mais equânime, uma distribuição que promovesse de fato a boa convivência social, ou seja, a estada ou a permanência de inúmeras

peessoas que hoje estão nesses municípios e, muitas vezes com dor no peito, com dor no coração, são obrigadas a sair, quando não elas mesmas, mas aconselham os filhos, os parentes a irem estudar em grandes cidades e, naturalmente, depois acabam ficando por lá, como muitos de nós aqui somos exemplos disso, justamente pela falta de condições que os municípios oferecem a todas as pessoas.

Por isso quero dizer a esses prefeitos, assim como a inúmeros outros, que podem contar com o nosso apoio para a melhoria da infraestrutura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Romildo Titon, vice-presidente deste Parlamento e que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputados, tive o privilégio, a satisfação, deputado Serafim Venzon, v.exa. que é médico, atua na área da Medicina, da oportunidade de, na manhã de ontem, lá no município de Criciúma, na nossa querida universidade Unesc, de participar da inauguração das Clínicas Integradas, também presentes o deputado Ronaldo Benedet e o deputado José Milton Scheffer.

Deputado Dóia Gugliemi, v.exa. que também tem lutado muito por aquela nossa universidade, pedi até que me passassem um *release* e um relatório especial de todos os procedimentos das Clínicas Integradas que foi inaugurada ontem lá na Unesc.

É um serviço de excelência, um serviço de grande inclusão social, que vem fazendo a diferença na vida de dezenas e milhares de pessoas não só de Criciúma, mas de toda a nossa região sul.

(Passa a ler.)

Clínicas Integradas

"As Clínicas Integradas têm como missão a assistência, o ensino e a pesquisa nas ciências da saúde. Nas clínicas integradas são oferecidos os diversos tipos de serviços. As modalidades de

atendimento são através do +Saúde Unesc, SUS, Convênios e Particular.

O +Saúde Unesc agrega um conjunto de serviços cujo suporte à formação acadêmica na área da saúde resulta no atendimento à comunidade. O atendimento é exclusivamente ambulatorial e disponibilizado pelos cursos da área da saúde de forma gratuita à população que preencha os critérios socioeconômicos.

Podem usufruir do atendimento pelo +Saúde Unesc toda a comunidade de Criciúma e região, bem como o público interno da Unesc (professores, funcionários e alunos.)

O atendimento pelo +Saúde Unesc é oferecido em diversos serviços das Clínicas Integradas, e os números do primeiro semestre de 2012 são gratificantes.

No Serviço de Medicina, no ano de 2012, foram realizados 10.579 atendimentos nas mais diversas especialidades como: cardiologia, cirurgia geral e proctologia, cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, clínica médica, dermatologia, endocrinologia, endocrinologia pediátrica, gastroenterologia, gastroenterologia pediátrica, geriatria, ginecologia, mastologia, medicina adolescente, nefrologia, neurologia, neurologia pediátrica, oncologia, ortopedia, pediatria, pediatria e puericultura, pneumologia, psiquiatria, reumatologia, traumatologia desportiva e urologia. Total de professores: 41.

No Serviço de Psicologia foram realizados 8.208 atendimentos. Além do atendimento psicoterápico, o serviço também oferece vários programas para atender à demanda existente: POP - orientação profissional, atendimento ao grupo de futsal, grupo de diabético, atendimentos psicopedagógicos. Total de professores: oito.

No Serviço de Fisioterapia foram realizados nas práticas fisioterápicas 4.708 atendimentos. Além das práticas, o serviço também realiza programas como: PAMIF, Reabilitação Pulmonar, Espirometria. Totalizando 5.677 no Serviço de Fisioterapia. Total de professores: sete.

No Serviço de Nutrição foram realizados 414 atendimentos. Além dos atendimentos individuais o serviço também realizou o Projeto Emagreça Feliz. Total de professores: três.

O Serviço de Enfermagem realizou 39.877 atendimentos. O serviço também oferece vários programas para atender à demanda existente: o SOS, que realizou 739 atendimentos, Colostomia - Ostomas, Saúde da Mulher (grupo de ansiedade e terapias alternativas). Total de professores: 22.

Serviço de Odontologia (em implantação). Atividades desenvolvidas pelas clínicas de Odontologia: exame oral, higiene oral supervisionada, aplicação tópica de flúor, aplicação de selante, aplicação de botox com finalidade terapêutica, tratamento de disfunção temporomandibular, raspagem, alisamento e polimento das arcadas dentárias, cirurgias periodontais, RX periapical, panorâmica, tele-radiografia, tomografia, clareamento dental; restaurações dentárias diretas e indiretas, tratamentos endodônticos de dentes permanentes e decíduos, extração de dentes, cirurgias de pequeno porte, próteses fixas e removíveis, próteses totais, ortodontia preventiva.

A Farmácia Solidária realizou durante este semestre 17.382 atendimentos. Total de professores: dois.

SUS - Esse serviço é oferecido por meio de um convênio entre a Unesc e o Sistema Único de Saúde, por meio do qual são realizados atendimentos gratuitos nas especialidades: preventivo ginecológico, imunização (Prefeitura Municipal de Criciúma), Núcleo de Prevenção e Violência (NUPREVIPS) - (Prefeitura Municipal de Criciúma), Automonitoramento Glicêmico Capilar - AMGC (Prefeitura Municipal de Criciúma), Colostomia - Ostomas.

Faz parte também dessa parceria a Farmácia Escola, que realizou 17.411 atendimentos.

Total de atendimentos no ano de 2012: 102.994."

Deputado Romildo Titon, v.exa. que por vários mandatos exerce a condição de deputado estadual

neste Parlamento sabe da importância da integração dessas clínicas, oportunizando a condição de acesso às famílias, às pessoas mais carentes e necessitadas. É um trabalho de excelência. E esse é o papel da universidade. Quer pública ou privada, criada por fundação municipal ou não, ela precisa ter a vertente social.

É muito gratificante para nós como homens públicos, e aqui teve a participação efetiva o governo do estado. E queremos agradecer ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira que esteve na inauguração juntamente com o secretário-adjunto da Saúde, Acélio Casagrande. Foram disponibilizados recursos do estado, que passou pela aquiescência deste Parlamento, dos 40 pares deputados, como forma de identificar as necessidades prementes da sociedade, oportunizando essa condição às pessoas menos assistidas no sistema de saúde existente hoje no Brasil.

É claro que temos muitas deficiências, mas essa vertente inovadora é um exemplo a ser seguido pelas demais universidades vinculadas ao sistema Acafe e demais universidades elencadas dentro do rol das universidades privadas, para que busquem essa característica dentro de sua dimensão, oportunizando a condição da vertente social a essas pessoas menos favorecidas.

Vejo com muita expectativa o papel da universidade, que é buscar a ciência, pesquisa, desenvolvimento, inovação, tecnologia, aprimorar o banco de dados e oferecer esse serviço, esse banco de dados à iniciativa privada, à população, para que ela possa crescer, desenvolver-se e cada vez mais aprimorar os seus valores, preservando evidentemente as características de cada região, suas autonomias, mas acima de tudo proporcionando a condição de cada vez mais buscar, sem sombra de dúvidas, a melhor qualidade de vida do seu povo e da sua gente, porque afinal de contas são esses que pagam os impostos, são esses os mercedores dessa assistência.

É isso, sr. presidente e srs. deputados, e por essa razão que tenho a honra de fazer parte desse

discurso, desta tribuna, dessa família, da nossa universidade do extremo sul catarinense. E parabeno o reitor Gildo Volpato, seu vice-reitor Márcio Antônio Fiori e toda a sua equipe de professores.

Esse movimento, sr. presidente, deputado Romildo Titon, coroado de êxito, culminou nesse serviço de excelência, disponibilizado à sociedade cricumense, de toda região sul e até mesmo de todo o estado de Santa Catarina...

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.